



**PAUTA
PARA A 116ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 23 DE AGOSTO DE 2013**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 546, de 2013, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Declara de utilidade pública a Associação de Proteção ao Adolescente Pilarense - APROAPI, em Pilar do Sul.

2 - Projeto de lei nº 547, de 2013, de autoria do deputado Campos Machado. Autoriza o Poder Executivo a ceder área à Escola de Engenharia de Lorena - EEL, na forma que especifica.

3 - Projeto de lei nº 548, de 2013, de autoria da deputada Rita Passos. Classifica como Estância Turística o Município de Sales.

4 - Projeto de decreto legislativo nº 9, de 2013, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos do Decreto nº 59.273, de 7 de junho de 2013.

5 - Projeto de decreto legislativo nº 10, de 2013, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos de parte destacada do Decreto nº 46.724, de 25 de abril de 2002.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 542, de 2013, de autoria do deputado José Zico Prado. Torna obrigatória a presença de Farmacêutico Responsável Técnico nos quadros das empresas transportadoras de medicamentos e de insumos farmacêuticos.

2 - Projeto de lei nº 543, de 2013, de autoria do deputado Edmir Chedid. Inclui o § 4º no artigo 2º da Lei nº 13.541, de 2009, que proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, na forma que especifica.

3 - Projeto de lei nº 544, de 2013, de autoria do deputado Edmir Chedid. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Festa do Peão de Júlio Mesquita", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 545, de 2013, de autoria do deputado Edmir Chedid. Torna obrigatória a realização do "Teste da Urina" nos recém-nascidos nas maternidades do Estado, para a prevenção da leucinose.

5 - Moção nº 61, de 2013, de autoria do deputado André do Prado. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que vete o artigo 488, inciso VII, eixo VIII, do CONAE/2014 e mantenha a manutenção da Meta 4 proposta no PNE - Plano Nacional da Educação.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 537, de 2013, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Proíbe a distribuição ou venda de embalagens ou tampas que não forem ecologicamente corretas no Estado.

2 - Projeto de lei nº 538, de 2013, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Acrescenta dispositivos no artigo 13º da Lei 13.296, de 2008, que disciplina o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

3 - Projeto de lei nº 539, de 2013, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Estabelece diretrizes para a efetivação dos direitos fundamentais decorrentes da Constituição Federal e das leis que propiciem o bem-estar das pessoas autistas.

4 - Projeto de lei nº 540, de 2013, de autoria do deputado Edmir Chedid. Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem - DER a ceder gratuitamente ao município de Itatiba direitos possessórios sobre trecho da Rodovia SP 360.

5 - Projeto de lei nº 541, de 2013, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Declara de utilidade pública o "Grupo Obreiros da Luz Divina", em Itanhaém.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 533, de 2013, de autoria do deputado Alcides Amazonas. Autoriza o Poder Executivo a alterar a denominação da "Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo" para "Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Caio Prado Junior".

2 - Projeto de lei nº 534, de 2013, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Declara de utilidade pública a "Casa de Saúde Beneficente de Indiaporã", naquele Município.

3 - Projeto de lei nº 535, de 2013, de autoria do deputado Ed Thomas. Institui a legitimação da função "Articulador da Atenção Básica" no Quadro de Cargos e Salários da Secretaria de Estado da Saúde.

4 - Projeto de lei nº 536, de 2013, de autoria do deputado Alcides Amazonas. Autoriza o Poder Executivo a incluir o gás liquefeito de petróleo (glp) de uso doméstico na cesta básica paulista de forma a reduzir a carga tributária do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para até 7% (sete por cento).

5 - Moção nº 60, de 2013, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine ao Ministério da Educação a adoção de providências com relação ao artigo 488, inciso VII, do documento referência da "Conferência da Educação", de forma a evitar o congelamento do número de matrículas em educação especial ofertada por organizações filantrópicas, comunitárias e confessionais parceiras do poder público, e sua consequente extinção.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 27, de 2013, de autoria do Tribunal de Justiça. Acrescenta o § 9º ao art. 1º da Lei Complementar nº 1.208, de 2013, que alterou a Organização e a Divisão Judiciárias do Estado.

2 - Projeto de lei nº 527, de 2013, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Institui o "Dia do Okinawa Carate Do".

3 - Projeto de lei nº 528, de 2013, de autoria do deputado Fernando Capez. Classifica como Estância Turística Religiosa o Município de Lorena.

4 - Projeto de lei nº 529, de 2013, de autoria do deputado Roberto Massafera. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Festival Delícias do Milho", no

Distrito de Bueno de Andrada, em Araraquara.

5 - Projeto de lei nº 530, de 2013, de autoria do deputado Carlos Neder. Institui o "Dia do Procurador Legislativo".

6 - Projeto de lei nº 531, de 2013, de autoria do deputado Roberto Massafera. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Festival do Pastel & Caldo de Cana", no Distrito de Bueno de Andrada, em Araraquara.

7 - Projeto de lei nº 532, de 2013, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Icém- APAE", naquele Município.

8 - Moção nº 59, de 2013, de autoria do deputado Roberto Massafera. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério da Educação a elaboração de estudos e a adoção de providências, para que a proposta da Conferência Nacional de Educação - CONAE - 2014 - Eixo VII, número 488, item VII, não seja aprovada.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 149, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Italino Galli" à passarela para travessia de pedestres no km 568,800 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, na altura dos bairros Jardim Cambuy e Residencial Parque dos Girassóis, em Presidente Prudente.

2 - Projeto de lei nº 172, de 2013, de autoria do deputado Gilson de Souza. Dá a denominação de "Faez Badran" ao trevo de acesso situado no km 381 + 300 metros da Rodovia SP 330, em São Joaquim da Barra.

3 - Moção nº 113, de 2012, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine a elaboração de estudos com vistas à regulamentação da Lei Federal nº 4947/1966, para prever a não exigência de apresentação do certificado do cadastro e do cancelamento de cadastro rural quando se tratar de imóvel rural desmembrado, mas que está incluso no perímetro urbano do respectivo município e será utilizado para fins urbanos.

4 - Moção nº 30, de 2013, de autoria do deputado Welson Gasparini. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados a fim de que determine providências para aprovação do Projeto de Lei da Câmara n. 40/2010 (complementar), que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social, aprovado no Senado Federal com modificações.

2ª Sessão

Moção nº 9, de 2013, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine ao Ministério da Saúde e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a adoção das medidas cabíveis para que: I) o Plano Nacional de Redução do Consumo de Sal nos alimentos industrializados ou processados seja conduzido com a maior eficiência e celeridade possível; e II) sejam editadas as normas devidas para que conste aviso nos rótulos de tais alimentos sobre a quantidade de cloreto de sódio contida.